

Entendendo a Reforma Tributária

Impactos na prática - gestão, compliance e competitividade.

TROMBINI . SLAVIERO . MOMBELLI

Sumário

Roteiro da apresentação: do conceito à prática.

01 Antes e depois

Da fragmentação ao IVA Dual

02 IBS e CBS

Estrutura e fundamentos

03 Não cumulatividade

Fim do efeito cascata

04 Direito ao crédito

O novo pilar do sistema

05 Split payment

Fluxo de caixa e tecnologia

06 Transição

Convivência entre regimes

07 Impactos econômicos

Preços, contratos e modelos

Antes e depois da Reforma do consumo

Contexto histórico: da fragmentação tributária ao IVA Dual e os impactos na estrutura nacional.

O que essa reforma tem de diferente?



Reforma sobre o **consumo**.

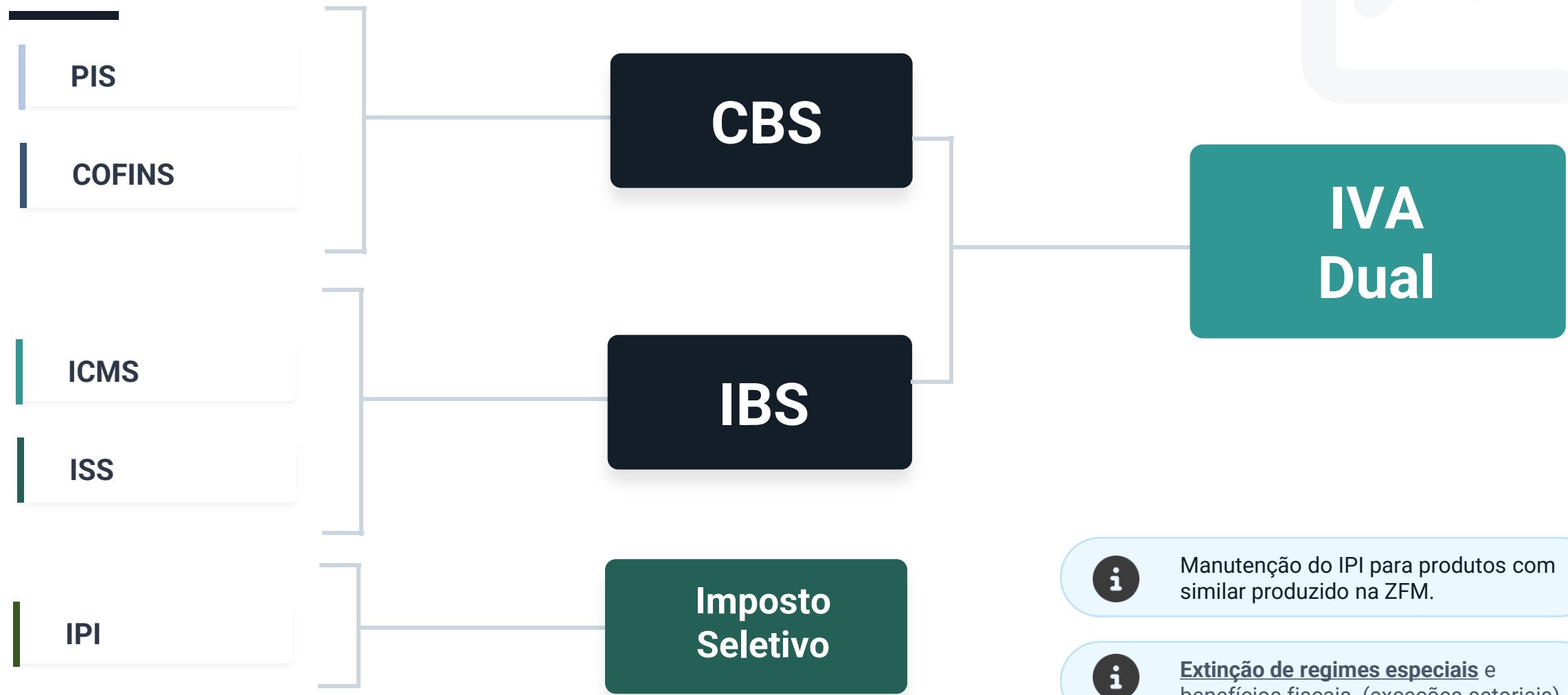


Alteração estrutural do sistema tributário brasileiro.



Objetivo de **simplificação** do sistema.

Quais são os novos tributos?



Estrutura e fundamentos do IBS/CBS – Iva Dual

Arquitetura do novo sistema: CBS federal e IBS compartilhado.



IVA Dual + Imposto Seletivo



CBS

Contribuição Social sobre Bens e Serviços

Competência **Federal**.
Substitui PIS e Cofins.
Incidência sobre valor agregado.



IBS

Imposto sobre Bens e Serviços

Competência **Estadual/Municipal**.
Substitui ICMS e ISS.
Gestão compartilhada (Comitê).



IS

Imposto Seletivo

Competência **Federal**.
Incide uma vez na cadeia.
Foco em itens nocivos à saúde ou meio ambiente.

◎ Tributação no Destino

◆ Base Amplia

■ Não Cumulatividade Plena

▢ Transparência



IBS e CBS: como pensar



Um único IVA e duas arrecadações
(CBS federal + IBS estadual e municipal).



Incidência uniformizada sobre bens materiais, imateriais, serviços e direitos.



Cobrança no destino, não mais na origem.

— Capítulo 03

Não cumulatividade plena

Fim do efeito cascata e neutralidade na cadeia econômica.



Não cumulatividade plena: fim do efeito cascata



MODELO ANTERIOR

✗ Crédito Restrito (Físico)

Limitação ao que se integra fisicamente ao produto. Gera insegurança jurídica e contencioso.

✗ Resíduos Tributários

Imposto cumulativo que vira custo ("imposto sobre imposto") e onera a produção e exportação.

✗ Decisões Distorcidas

Estruturação "ineficiente" apenas para evitar perda de créditos.



PÓS-REFORMA (IBS/CBS)

✓ Crédito Amplo (Financeiro)

Direito ao crédito sobre todas as aquisições da atividade econômica (bens, serviços, direitos).

✓ Neutralidade

Elimina a cumulatividade evitando o efeito cascata no decorrer da cadeia.

✓ Imposto sobre Valor Agregado

Tributa-se apenas o que foi adicionado em cada etapa. Transparência total na cadeia.

Não cumulatividade plena: fim do efeito cascata



Empresa A

Venda de insumos R\$ 10.000,00
Débito IBS + CBS = R\$ 2.800,00



ALÍQUOTA SIMULADA: **28%**



Empresa B

Compra de insumos R\$ 10.000,00
Crédito IBS + CBS = R\$ 2.800,00

Venda do produto/serviço R\$ 15.000,00
Débito IBS + CBS = R\$ 4.200,00



Consumidor Final

Compra produto/serviço
R\$ 15.000,00
Não apropria crédito

IBS + CBS = R\$ 2.800,00

IBS + CBS = R\$ 1.400,00

IBS + CBS recolhidos na cadeia
R\$ 4.200,00

Impacto nos regimes tributários



Lucro Real

Regra Estrutural

Já era um sistema NÃO cumulativo
A não cumulatividade passa a ser PLENA
Redução de litigiosidade nas discussões
sobre a possibilidade ou não de
creditamento



Lucro Presumido

Possibilidade de
Credитamento

Possibilidade de creditamento - sistemática
cumulativa passa a ser NÃO cumulativa.
Pode se tornar mais competitivo, mas não
necessariamente mais benéfico (aumento
de alíquotas).
Sugestão: Refazer cálculos!



Simples Nacional

IBS/CBS Opcionais

Regime único: não apropria crédito e transfere
crédito no montante do tributo pago (B2C).

X

Regime regular: pode apropriar crédito e
transfere crédito integral (B2B).

❖ Crédito Amplo

呂 Rastreabilidade Digital

⚖ Segurança Jurídica

— Capítulo 04

Direito ao crédito

O que muda na prática para empresas e conformidade.



Crédito e conformidade da cadeia



Crédito vinculado ao recolhimento efetivo

Necessidade de confirmação do pagamento do tributo nas etapas anteriores (split payment como garantidor).



Verificação de regularidade de fornecedores

Exigência de CND e atenção ao CADIN podem ajudar o controle.



‘Devedor Contumaz’ pode ser prejudicado com as novas regras de creditamento.

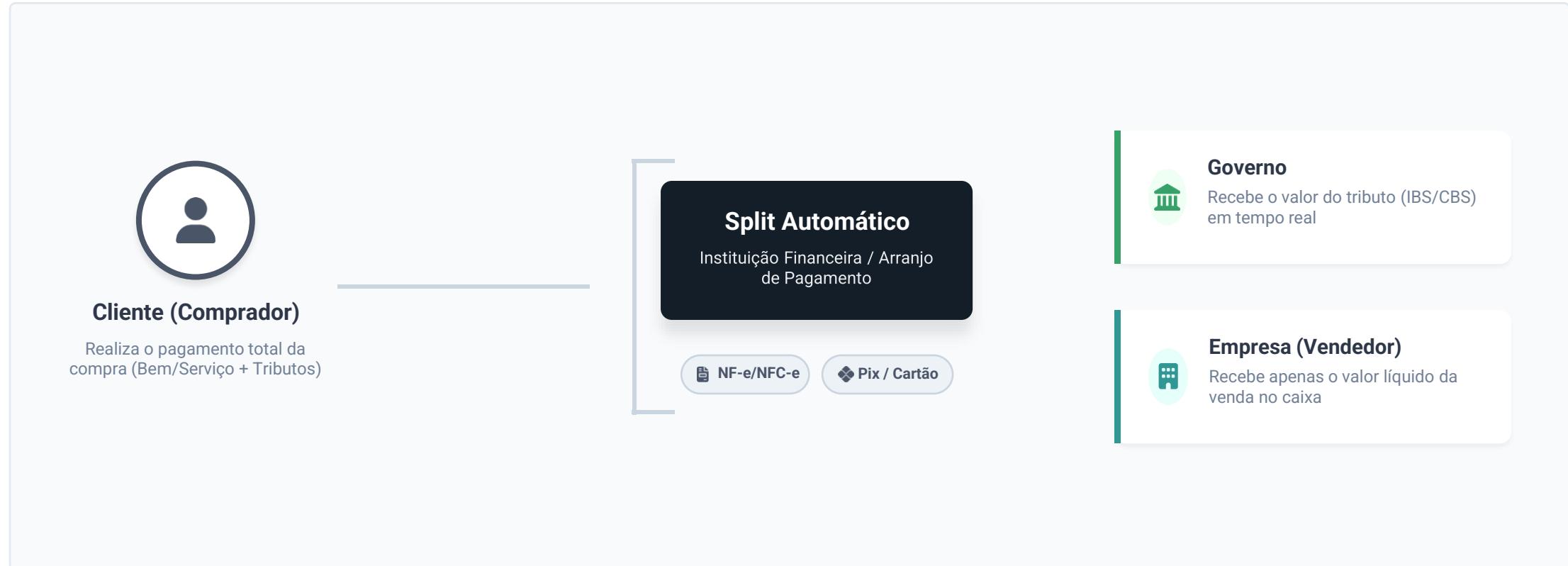
— Capítulo 05

Split payment

Conceito, funcionamento e impactos no fluxo de caixa.



Split payment: conceito e fluxo



💡 O vínculo entre o documento fiscal e o meio de pagamento é a chave para a liquidação automática.

Split payment: impactos estratégicos e financeiros



01

Redução de riscos na cadeia

Mitiga drasticamente o risco de inadimplência fiscal e sonegação ao longo da cadeia de fornecedores, protegendo a empresa de passivos solidários e riscos de conformidade.



02

Previsibilidade de créditos

Garante maior segurança no aproveitamento de créditos tributários, pois o recolhimento é automático, transparente e vinculado diretamente à transação financeira.



03

Impacto no fluxo de caixa

Altera significativamente a dinâmica de capital de giro e tesouraria, exigindo revisão estratégica da política de prazos de pagamento e recebimento.

PRESSÃO NO CAIXA DA EMPRESA!

— Capítulo 06

Transição e convivência de regimes

Roadmap 2026-2033: cronograma e marcos operacionais.



Transição 2026-2033: Roadmap ano a ano



● Sistema Antigo (PIS/Cofins, IPI, ICMS, ISS)

● Novo Sistema (IBS, CBS)

● Fase Teste

● Vigência Plena

Transição 2026-2033: creditamento de tributos



PIS E COFINS | CBS

Regra Geral

Créditos de PIS/Cofins existentes até 31/12/2026 são preservados e podem compensar a CBS.

Tratamento dos créditos

Créditos “antigos” mantêm, em regra, possibilidade de ressarcimento ou compensação com outros tributos, se já admitido no regime anterior.



Exceções Relevantes

Devoluções após 01/01/2027 → crédito exclusivo para CBS, sem ressarcimento. Crédito presumido sobre estoque (01/01/2027) → uso restrito à CBS, apropriação até 30/06/2027, utilização em 12 parcelas.

Ponto crítico – depreciação e amortização

Créditos de PIS/Cofins apropriados de forma parcelada continuam sendo apropriados como crédito presumido de CBS, mantidas as regras e alíquotas do regime antigo; a alienação do bem interrompe o aproveitamento das parcelas vincendas

Transição 2026-2033: creditamento de tributos



ICMS | IBS

✓ Regra Geral

Saldos credores de ICMS existentes em 31/12/2032 **são preservados, desde que homologados.**

✓ Tratamento dos créditos

Após homologação, os créditos passam a ser utilizados principalmente contra o IBS, via CGIBS, em regra de forma parcelada (até 240 meses).

✓ Ponto crítico

Sem homologação, o crédito não pode ser utilizado, e o **prazo prescricional continua correndo.**

✓ Insight estratégico (relevante):

Empresas **que já sabem possuir créditos acumulados devem antecipar os pedidos de homologação**, para: interromper riscos de perda por decurso de prazo; organizar o estoque de créditos para a transição; e evitar concentração de pedidos no período pós-2032.

Ex.: em São Paulo, o pedido pode ser estruturado via e-CredAc.

Impactos em preços, contratos e modelos de negócio

Precificação, cláusulas contratuais e estratégia comercial para adaptação ao novo cenário.

Impactos nos preços e margens



Transparência do tributo

Tributo destacado por item/serviço, facilitando a visualização e comparação pelo cliente final.



Revisão de 'markup tributário'

Necessidade de recalibrar margens: o que era custo oculto pode virar crédito, alterando a rentabilidade. Em contrapartida, haverá um aumento de tributação para a maioria dos setores.



Estratégia de repasse

Definição crítica entre absorver impactos ou repassar ao cliente e à cadeia produtiva.

Modelos de negócio: cadeia, serviços e pós-venda



Cadeias Longas

Vantagem Competitiva

Crédito pleno transforma custo em ativo.

Oportunidade:

Conformidade fiscal vira critério de seleção de fornecedores em grandes obras.



Separação de Escopos

Estruturação Contratual

Segregação clara entre prestação de serviços de construção civil e industrialização.

Objetivo:

Evitar contaminação de bases e otimizar alíquotas/créditos específicos.



Integração Total

Processo End-to-End

Fluxo contínuo: Orçamento → Faturamento → Recebimento.

Meta:

Cotação já nasce com tributo correto e integra com split payment.



Compliance como Diferencial



Eficiência Operacional



Segurança Jurídica

Contratos: cláusulas e gatilhos



Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Cláusulas claras para recomposição de preços em caso de alteração na carga tributária efetiva durante a execução de obras de longo prazo.

💡 AÇÃO: REVISAR CONTRATOS DE LONGO PRAZO



Definição de Preço e Gatilhos

Estabelecer preço base "sem tributo" e prever gatilhos automáticos para repasse conforme a entrada progressiva das alíquotas de transição.



💡 AÇÃO: ADOTAR CLÁUSULAS DE "GROSS UP" OU PREÇO LÍQUIDO



Responsabilidades por Compliance

Definir responsabilidade por multas decorrentes de erros na emissão de documentos fiscais e classificação (cClassTrib) que impeçam o crédito do contratante.

💡 AÇÃO: REFORÇAR CLÁUSULAS DE DEVERES ACESSÓRIOS

A Reforma é inevitável.
A preparação é opcional.

2026 já começou.
Quem age agora transforma risco em vantagem.

TSMA[▼]
TROMBINI . SLAVIERO . MOMBELLI

**Cadastre-se para receber a apresentação e o
guia de oportunidades e próximos passos
pensado para o setor**



**@tsma_adv
relacionamento@tsmadv.com.br
(41) 999655-5034**